

Infraestrutura
Investimentos e
Participações II S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultados	7
Demonstração do resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionista da
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.
Sertãozinho – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Investimentos Participações II S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Investimentos Participações II S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de Março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	129	33	297.024	199.522
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	33.067	38.335
Contas a receber	5	-	-	50.178	41.557
Contas a receber de partes relacionadas	15	-	-	23	837
Estoques	6	-	-	9.699	9.591
Impostos a recuperar	7.a	17	15	17	171
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	2.422	2.868
Despesas antecipadas	-	-	-	3.299	2.546
Outros ativos	-	-	-	5.474	4.753
Total do ativo circulante		146	48	401.203	300.180
NÃO CIRCULANTE					
Outros ativos	-	-	-	12	11
Impostos a recuperar	7.a	-	62	2.497	6.623
Impostos diferidos	8	-	-	270.860	258.215
Total do realizável a longo prazo		-	62	273.369	264.849
Imobilizado	9	310	375	12.078	14.171
Intangível	10	-	-	1.789.604	1.539.378
Infraestrutura em andamento	10	-	-	774.937	854.100
Investimento	11	83.847	89.523	-	-
Total do ativo não circulante		84.157	89.898	2.576.619	2.407.649
		84.157	89.960	2.849.988	2.672.499
TOTAL DO ATIVO		84.303	90.008	3.251.191	2.972.679

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	-	-	41.584	49.562
Debêntures	14	-	-	3.339	3.594
Credor pela concessão	13	-	-	1.703	1.081
Adiantamento de clientes	-	-	-	5.172	4.519
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	-	805	805	11.407	8.935
Impostos, taxas e contribuições	7.b	41	42	11.547	11.246
Outros contas a pagar	-	-	-	1.337	276
Contas a pagar com partes relacionadas	15	280.000	280.000	286.788	280.601
Passivo de arrendamento	17	-	-	2.264	90
Provisão para manutenção	16	-	-	31.333	27.019
Total do passivo circulante		280.846	280.847	396.474	386.922
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	14	-	-	2.760.100	2.518.837
Provisão para manutenção	16	-	-	235.370	220.031
Passivo de arrendamento	17	-	-	1.953	2.038
Provisão para riscos processuais	18	-	-	53.837	35.691
Total do passivo não circulante		-	-	3.051.260	2.776.596
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	19	148.068	148.068	148.068	148.068
Reserva de capital	-	159.660	159.660	159.660	159.660
Prejuízos acumulados	-	(504.271)	(498.567)	(504.271)	(498.567)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		(196.543)	(190.839)	(196.543)	(190.839)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.303	90.008	3.251.191	2.972.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	20	-	-	899.744	838.600
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	-	-	(522.049)	(547.521)
LUCRO BRUTO		-	-	377.695	291.079
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	21	(68)	(66)	(60.448)	(44.261)
Outras despesas	21	-	-	(4.308)	(3.283)
Outras receitas operacionais líquidas		59	-	1.714	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(5.722)	(47.731)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(5.731)	(47.797)	314.653	243.536
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	29	10	40.814	31.946
Despesas financeiras	22	(2)	(1)	(364.169)	(347.631)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		27	9	(323.355)	(315.685)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.704)	(47.788)	(8.702)	(72.149)
IMPOSTO CORRENTE	8	-	-	(9.658)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	8	-	-	12.656	24.361
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(5.704)	(47.788)	(5.704)	(47.788)
Resultado do exercício		(5.704)	(47.788)	(5.704)	(47.788)
PREJUÍZO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO		(0,04)	(0,32)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(5.704)	(47.788)	(5.704)	(47.788)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(5.704)</u>	<u>(47.788)</u>	<u>(5.704)</u>	<u>(47.788)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	148.068	159.660	(450.779)	(143.051)
Prejuízo do exercício	-	-	(47.788)	(47.788)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	148.068	159.660	(498.567)	(190.839)
Prejuízo do exercício	-	-	(5.704)	(5.704)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>148.068</u>	<u>159.660</u>	<u>(504.271)</u>	<u>(196.543)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(5.704)	(47.788)	(5.704)	(47.788)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	21	64	64	81.807	81.294
Valor líquido do intangível e imobilizado baixado				-	135
Provisão manutenção	16	-	-	67.464	79.138
Provisão para riscos		-	-	19.696	18.620
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	14	-	-	342.487	329.731
Receita financeira de títulos e valores mobiliários				(3.318)	(22.924)
Juros sobre contratos de arrendamento	17	-	-	292	304
Impostos corrente	8	-	-	9.658	-
Impostos diferidos	8	-	-	(12.656)	(24.361)
Resultado equivalência patrimonial	11	5.722	47.731	-	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(59)	-	(8.257)	(6.040)
Estoques		-	-	(108)	(561)
Impostos a recuperar		73	(3)	4.131	9.236
Adiantamento a fornecedores		-	-	446	817
Despesas antecipadas		-	-	(753)	(960)
Outros ativos		-	-	(745)	(365)
Fornecedores		-	-	(75.909)	(50.521)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	652	172
Credor pela concessão - outorga variável		-	-	622	(1.855)
Impostos, taxas e contribuições		-	-	399	404
IRPJ e CSLL pagos no exercício		-	-	(891)	-
Provisão para riscos processuais	18	-	-	(1.549)	(5.283)
Outras contas a pagar		-	-	1.607	2.613
Juros pagos	14	-	-	(94.613)	(91.255)
Juros dos contratos de arrendamento mercantil pago		-	-	(292)	(304)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>96</u>	<u>4</u>	<u>324.466</u>	<u>270.245</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	8.586	71.772
Aquisições de imobilizado		-	-	(1.173)	(3.173)
Aquisição de intangível		-	-	(224.016)	(238.289)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(216.603)</u>	<u>(169.689)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento (captação) de debêntures, líquido do custo de captação	14	-	-	(6.865)	(6.476)
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	17	-	-	(3.496)	(3.261)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.361)</u>	<u>(10.041)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>96</u>	<u>4</u>	<u>97.502</u>	<u>90.514</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		33	29	199.522	109.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		129	33	297.024	199.522
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>96</u>	<u>4</u>	<u>97.502</u>	<u>90.514</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Informações sobre a Companhia

A Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II” ou “Companhia”), constituída em 8 de fevereiro de 2017, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., que, por sua vez, tem como única controladora a Califórnia Infraestrutura Holding S.A., que, por sua vez, tem como controladores em conjunto o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações e a VINCI Highways do Brasil.

Essas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e sua controlada (“Grupo”).

1.2. Relação de entidades controladas

	Participação	Participação acionária %	
		2023	2022
ENTREVIAS (a)	Controlada	100	100

a) Entrevias Concessionária de Rodovias S.A (“Entrevias”) (Controlada)

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Entrevias assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa totalizou R\$1.376.512 e foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021.

A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível da Investida. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Investida tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$985.752 para obras de ampliação, R\$1.917.461 na restauração de rodovias, R\$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (“Wi-Fi”) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão

Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais.

Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

A Entrevias ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

b) Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido da Controladora é negativo em R\$280.700 (no consolidado é positivo em R\$ 6.831). Este impacto está diretamente relacionado ao saldo de contas a pagar com partes relacionadas decorrente da redução de capital no montante de R\$280.000 a ser pago a sua única acionista, Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso, necessário, mediante a captação de recursos com terceiros, sendo não exigido pelos seus acionistas antes disso.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – (“IASB”)*” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“*BR GAAP*”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“*CPC*”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de Março de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 16;
- (b) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 18;
- (c) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 08 e 10.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Controlada efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração do Grupo avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

O Grupo reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando o Grupo contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração do Grupo avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 20.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 16.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem

simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

O Grupo determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.5 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas".

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(ii) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pelo Grupo.

(iii) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente

reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(iv) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(v) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(vi) Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de

modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(vii) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(viii) Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(ix) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(x) Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2023. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

(xi) Provisão para riscos processuais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(xii) Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração

do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

(xiii) Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicas e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(xiv) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não

pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(xv) Prejuízo básico e diluído por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

(xvi) Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. O Grupo estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

c) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(xvii) Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

(xviii) Benefícios a empregados

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(xix) Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no

arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(xx) Base de consolidação

(i) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

a. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras do Grupo e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 8. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

(xxi) Mudanças nas principais políticas contábeis

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O Grupo adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/AIS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de demonstragem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, um Grupo aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de dezembro de 2023, em sua avaliação o Grupo não identificou possíveis impactos relacionados.

Imposto mínimo complementar global

O Grupo adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32/IAS 12) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que o Grupo opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Informação de políticas contábeis materiais

O Grupo também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 /IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando os Grupo a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas do Grupo que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 2.5 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

(xxii) Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa nº 14, o Grupo tem debêntures com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

O Grupo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não possui transações de Risco Sacado em 31 de dezembro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16). Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	4.000	2.499
Bancos	-	-	6.133	3.643
Aplicações financeiras (i)	129	33	286.891	193.380
Total	<u>129</u>	<u>33</u>	<u>297.024</u>	<u>199.522</u>

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

- (i) Referem-se a CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (100% a.a. em 31 de dezembro 2022).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (100% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 14).

	Consolidado	
	2023	2022
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	33.067	38.335
Total	<u>33.067</u>	<u>38.335</u>

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2023	2022
Pedágio eletrônico a receber (*)	48.704	39.678
Receitas acessórias a receber	1.474	1.879
Total	<u>50.178</u>	<u>41.557</u>
A vencer	50.178	41.557
Vencidos	-	-
Total	<u>50.178</u>	<u>41.557</u>

- (*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

O Grupo avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

6. ESTOQUE

	Consolidado	
	2023	2022
Material para Pavimentação	2.570	2.727
Elementos de Proteção e Segurança	1.778	1.957
Material de Sinalização	3.451	3.297
Outros	1.900	1.610
Total	9.699	9.591

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

7.a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF retido sobre aplicações financeiras	2	64	2.486	6.616
Antecipações do imposto de renda e contribuição social sobre estimativa	15	15	24	155
Outros	-	-	4	23
Total	17	79	2.514	6.794
Circulante	17	15	17	171
Não circulante	-	62	2.497	6.623

7.b. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
COFINS a recolher	40	41	3.175	5.075
PIS a recolher	1	1	503	917
ISS a recolher	-	-	4.140	4.094
Outros impostos a recolher	-	-	3.729	1.160
Total	41	42	11.547	11.246

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	Ativo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal e Base negativa	156.033	160.258	(4.225)	4.539
Provisão para manutenção	91.049	84.082	6.967	13.993
Provisão para riscos processuais	21.061	13.577	7.484	5.977
Outras diferenças temporárias	2.717	298	2.430	(148)
TOTAL	270.860	258.215	12.656	24.361

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Prejuízo fiscal e Base fegativa	160.258	(4.225)	156.033
Provisão para manutenção	84.082	6.967	91.049
Provisão para contingências	13.577	7.484	21.061
Outras diferenças temporárias	287	2.430	2.717
Total	258.204	12.656	270.860

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	155.786	4.539	160.325
Provisão para manutenção	70.089	13.993	84.082
Provisão para contingências	7.600	5.977	13.577
Outras diferenças temporárias	326	(148)	178
Total	233.854	24.361	258.215

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2023	2022
Imposto de renda diferido	199.066	189.760
Contribuição social diferida	71.794	68.455
Total	270.860	258.215
	2023	2022
Prejuízo do exercício antes de IR e CSLL	(8.702)	(72.149)
Taxa Combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.959	24.531
Demais efeitos permanentes	39	(170)
Total	2.998	24.436
Impostos de renda e contribuição social corrente	(9.658)	-
imposto de renda e contribuição social diferidos	12.656	24.361
Total	2.998	24.361
Alíquota efetiva	34%	34%

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pelo Grupo, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados do Grupo. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual o Grupo está inserido, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que o Grupo atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Parte relevante do trecho sob concessão da controlada em conjunto Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios do Grupo e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pelo Grupo. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava.

As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongai, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2023 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos – (Controladora)

Ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos com relação aos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados totalizam R\$ 11.019 (R\$ 19.475 em 31 de dezembro de 2022), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a Companhia possa utilizar os benefícios destes. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

9. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u>	
	<u>Instalações</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	645	645
Adições	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>645</u>	<u>645</u>
<u>Depreciação acumulada</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(270)	(270)
Adições	(64)	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(335)</u>	<u>(335)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	375	375
Saldo em 31 de dezembro de 2023	310	310
Taxas de depreciação - a.a.	20	

	<u>Controladora</u>	
	<u>Instalações</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	645	645
Adições	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>645</u>	<u>645</u>
<u>Depreciação acumulada</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(206)	(206)
Adições	(64)	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(270)</u>	<u>(270)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	439	439
Saldo em 31 de dezembro de 2022	375	375
Taxas de depreciação - a.a.	20	

Consolidado

	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonia comercial</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Outros</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.655	1.169	5.497	6.483	255	6.094	283	2.341	23.777
Adições	-	-	25	997	-	226	-	69	1.317
Transferências/reclassificações (*)					(25)	-	-	-	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.655</u>	<u>1.169</u>	<u>5.522</u>	<u>7.480</u>	<u>230</u>	<u>6.320</u>	<u>283</u>	<u>2.410</u>	<u>25.069</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(477)	(398)	(1.898)	(3.200)	(206)	(3.145)	(43)	(239)	(9.606)
Adições	(113)	(117)	(551)	(1.386)	(8)	(1.109)	(19)	(82)	(3.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(590)</u>	<u>(515)</u>	<u>(2.449)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>(214)</u>	<u>(4.254)</u>	<u>(62)</u>	<u>(321)</u>	<u>(12.991)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.178	771	3.599	3.283	49	2.949	240	2.102	14.171
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.065	654	3.073	2.894	16	2.066	221	2.089	12.078
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	

Consolidado	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonia comercial</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Outros</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	871	1.162	5.468	4.178	255	6.261	238	2.341	20.774
Adições	784	7	29	2.305	-	3	45	-	3.173
Baixa	-	-	-	-	-	(170)	-	-	(170)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.655</u>	<u>1.169</u>	<u>5.497</u>	<u>6.483</u>	<u>255</u>	<u>6.094</u>	<u>283</u>	<u>2.341</u>	<u>23.777</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(376)	(280)	(1.350)	(2.130)	(169)	(1.692)	(24)	(159)	(6.180)
Adições	(101)	(118)	(548)	(1.070)	(37)	(1.488)	(19)	(80)	(3.461)
Baixa	-	-	-	-	-	35	-	-	35
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(477)</u>	<u>(398)</u>	<u>(1.898)</u>	<u>(3.200)</u>	<u>(206)</u>	<u>(3.145)</u>	<u>(43)</u>	<u>(239)</u>	<u>(9.606)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	495	882	4.118	2.048	86	4.569	214	2.182	14.594
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.178	771	3.599	3.283	49	2.948	240	2.102	14.171
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

Em 31 de dezembro de 2023, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	<i>Software</i>	Direitos de Uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(iv)	Total – infraestrutura em construção
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	482.890	1.376.512	5.092	10.778	1.875.272	4.298	849.802	854.100
Adições	29.760	-	4.129	5.585	39.474	-	210.132	210.132
Alienações/baixas	-	-	-	(8.034)	(8.034)	-	-	-
Transferências (*)	289.295	-	-	-	289.295	(1.812)	(287.483)	(289.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>801.945</u>	<u>1.376.512</u>	<u>9.221</u>	<u>8.329</u>	<u>2.196.007</u>	<u>2.486</u>	<u>772.451</u>	<u>774.937</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(89.055)	(239.504)	(811)	(6.524)	(335.894)	-	-	-
Adições	(29.480)	(45.887)	(424)	(2.752)	(78.543)	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	8.034	8.034	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(118.535)</u>	<u>(285.391)</u>	<u>(1.235)</u>	<u>(1.242)</u>	<u>(406.403)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	393.835	1.137.008	4.281	4.254	1.539.378	4.298	849.802	854.100
Saldo em 31 de dezembro de 2023	683.410	1.091.121	7.986	7.087	1.789.604	2.486	772.451	774.937
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	-

Consolidado	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de Uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em andamento (iv)	Total – infraestrutura
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	459.370	1.376.512	4.494	10.778	1.851.154	10.706	605.198	615.904
Adições	23.520	-	598	-	24.118	10.175	228.021	238.196
Transferências (*)	-	-	-	-	-	(16.583)	16.583	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>482.890</u>	<u>1.376.512</u>	<u>5.092</u>	<u>10.778</u>	<u>1.875.272</u>	<u>4.298</u>	<u>849.802</u>	<u>854.100</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(59.202)	(193.617)	(561)	(4.682)	(258.062)	-	-	-
Adições	<u>(29.853)</u>	<u>(45.887)</u>	<u>(249)</u>	<u>(1.843)</u>	<u>(77.832)</u>	=	=	=
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(89.055)</u>	<u>(239.504)</u>	<u>(810)</u>	<u>(6.524)</u>	<u>(335.893)</u>	-	-	-
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400.168	1.182.895	3.933	6.096	1.593.092	10.706	605.198	615.904
Saldo em 31 de dezembro de 2022	393.835	1.137.008	4.281	4.254	1.539.378	4.298	849.802	854.100
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	-

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

- (a) O contrato de concessão é amortizado no resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Direito de uso – CPC 06 (R2) / IFRS 16 é amortizado conforme tempo de contrato.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.2(a).
- (iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento do Grupo, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. O Grupo avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

- (iv) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Análise de *impairment*

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais., bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

11. INVESTIMENTOS

A Companhia tem como seu objeto social a participação em outras sociedades como controladora. Em 31 de dezembro de 2023, tinha como subsidiária integral a empresa Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

a) Composição - (Controladora)

<u>Investimentos – Entrevias</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital social	580.628	580.628
Participação societária	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	83.847	89.570

b) Movimentação do investimento

<u>Entrevias</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	89.570	137.409
Resultado de equivalência patrimonial	(5.722)	(47.839)
Saldo final	<u>83.847</u>	<u>89.570</u>

<u>IBH Serviços</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	-	(155)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(108)
Saldo final	<u>-</u>	<u>(47)</u>

c) Informações sobre investimento em subsidiárias direta em 31 de dezembro de 2023 (Controladora)

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo	Resultado de equivalência	Investimento
Entrevias	401.057	2.849.678	3.250.735	115.628	3.051.260	3.166.888	83.847	899.744	(5.722)	(5.722)	83.847
	401.057	2.849.678	3.250.735	115.628	3.051.260	3.166.888	83.847	899.744	(5.722)	(5.722)	83.847

Informações sobre investimentos em subsidiárias diretas em 31 de dezembro de 2022 (Controladora)

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo	Resultado de equivalência	Investimento
Entrevias	299.275	2.672.044	2.971.319	105.154	2.776.595	2.881.749	89.570	833.692	(47.839)	(47.839)	89.570
IBHS	1.961	-	1.961	-	-	-	108	4.908	108	108	(47)
	301.236	2.672.044	2.973.280	105.154	2.776.595	2.881.749	89.678	838.600	(47.731)	(47.731)	89.523

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecedores de obras	32.674	40.879
Fornecedores operacionais	2.501	2.399
Fornecedores de tecnologia	2.555	2.770
Fornecedores diversos	3.854	3.514
Total	41.584	49.562

13. CREDOR PELA CONCESSÃO

	Consolidado	
	2023	2022
Taxa de fiscalização (*)	1.703	1.081

(*) Refere-se ao valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. Conforme nota explicativa nº 1.2(a) a outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado.

14. DEBENTURES - CONSOLIDADO

1ª Emissão - partes relacionadas

Em 10 de maio de 2017, a Entrevias (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

Conversibilidade das debêntures - as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “impairment” de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa.).

No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pelo Grupo igual ou superior a R\$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

Em razão do Fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Controladores Indiretos alienaram à VINCI ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

Não há cláusulas de “covenants” financeiros sobre as debêntures.

2ª Emissão

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada pela Entrevias a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado. O montante total da emissão foi de R\$1.000.000 as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais).

Estão classificados no passivo circulante os juros e 0,5% do principal bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2024.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 31 de dezembro de 2024; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Os índices financeiros indicados a seguir são apurados semestralmente com base nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

- (1) Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2024 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,2x.
- (2) Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,2x.
- (3) Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,75x.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Principal (incluindo atualização monetária)	2.188.109	2.097.046
Remuneração (juros)	616.042	472.844
Custos de captação	<u>(40.712)</u>	<u>(47.460)</u>
Total	<u>2.763.439</u>	<u>2.522.430</u>
1ª Emissão de debentures	1.590.173	1.391.418
2ª Emissão de debentures	1.213.978	1.178.472
Custos de captação	(40.712)	(47.460)
Circulante	3.339	3.594
Não circulante	2.760.100	2.518.837

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2023:

Consolidado					
Descrição	Saldo em 2022	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 2023
Debêntures	2.522.430	342.487	(6.865)	(94.613)	2.763.439

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2022:

Descrição	Saldo em 2021	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 2022
Debêntures	2.290.431	329.731	(6.476)	(91.255)	2.522.430

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Vencimento longo prazo</u>		
2024	-	3.270
2025	3.389	3.261
2026	149.183	143.565
2027 em diante	<u>2.607.528</u>	<u>2.368.741</u>
Total longo prazo	<u>2.760.100</u>	<u>2.518.837</u>

15. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., que, por sua vez, tem como única controladora a Califórnia Infraestrutura Holding S.A., que, por sua vez, tem como controladores o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações e a VINCI Highways do Brasil.

Remuneração dos Administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2023 em até R\$ 8.000 (R\$ 7.896 em 31 de dezembro de 2022), incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$5.002 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2022, foram pagos R\$4.964).

Transações com partes relacionadas da controlada Entrevias

Contas a receber:

Parte relacionada (controladora)	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	
			2023	2022
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas	Coligada	7	163
Concessionária Auto Raposo Tavares *	Compartilhamento de despesas	Coligada	16	283
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas	Controlada em conjunto	-	391
Total			23	837

Contas a pagar:

Parte relacionada (controladora)	Transação	Relação	Passivo Circulante	
			2023	2022
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (b)	Redução de capital	Coligada	280.000	280.000

Parte relacionada (consolidado)	Transação	Relação	Passivo Circulante	
			2023	2022
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.*	Redução de capital		280.000	280.000
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas	Coligada	13	211
VINCI Highways do Brasil S. A (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista idireta	3.665	-
Pátria III (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	2.999	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. *	Compartilhamento de despesas	Coligada	23	27
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas	Coligada	88	363
Total			286.788	280.601

Debêntures

Partes relacionadas – Acionista indireta

	Passivo não circulante	
	2023	2022
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações - (nota 14)	715.578	1.391.418
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A - (nota 14)	874.595	-
Total	1.590.173	1.391.418

Resultado (controladora e consolidado)

	2023	2022
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b)	172	201
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b)	(102)	(64)
Concessionária Auto Raposo Tavares (b)	9	4
Concessionária Auto Raposo Tavares (b)	(31)	(48)
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A (c)	(109.315)	-
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações(c)	(89.440)	(166.910)
IBH I Serviços e Participações (b)	7.574	8.127
IBH I Serviços e Participações (b)	(912)	(1.913)
Total	(192.045)	(160.603)

* Considerado como parte relacionada em atendimento às normas contábeis.

(a) Despesa com a prestação de serviços técnicos, de gestão e licenciamento de marca registrada fornecidos por entidades integrantes do mesmo grupo econômico do Grupo.

- (b) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do Grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (c) Refere-se ao saldo a ser pago a única acionista, Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., em decorrência da redução de capital autorizada em Assembleia Geral Extraordinária 12 de fevereiro de 2020 mediante a redução de 280.000 (duzentas e oitenta milhões) de ações ordinárias, cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros.
- (d) As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”), nas condições especificadas na nota explicativa nº 14.

Em 10 de maio de 2023, mediante fato relevante, foi comunicado o fechamento da operação do Contrato de Compra e Venda, por meio do qual os Controladores Indiretos alienaram à Vinci ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”), descrita na nota explicativa nº 14.

16. PROVISÕES PARA MANUTENÇÃO

	Consolidado	
	2023	2022
Constituição da provisão para manutenção	314.676	292.753
Ajuste a valor presente	(47.973)	(45.703)
Total	266.703	247.050
Circulante	31.333	27.019
Não circulante	235.370	220.031

Descrição	Saldo em 2022	Adição	Consumo	Saldo em 2023
Provisão para manutenção	326.479	72.554	(47.811)	351.222
Ajuste a valor presente	(79.429)	(5.090)	-	(84.519)
Total	247.050	67.464	(47.811)	266.703

Descrição	Saldo em 2021	Adição	Consumo	Saldo em 2022
Provisão para manutenção	272.300	92.410	(38.231)	326.479
Ajuste a valor presente	(66.157)	(13.272)	-	(79.429)
Total	206.143	79.138	(38.231)	247.050

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2023, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2025 e junho de 2028, conforme “aging” de gastos descrito abaixo:

	<u>Saldo</u>
De janeiro de 2024 a junho de 2024	17.976
De julho de 2024 a junho de 2025	136.696
De julho de 2025 a junho de 2026	29.070
De julho de 2026 a junho de 2027	13.098
De julho de 2027 a junho de 2028	<u>69.863</u>
Total	<u><u>266.703</u></u>

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	2.128	5.389
Adições	5.585	-
Baixas	-	-
Juros provisionados	292	304
Pagamento de juros	(292)	(304)
Pagamento de principal	<u>(3.496)</u>	<u>(3.261)</u>
Total	<u><u>4.217</u></u>	<u><u>2.128</u></u>
Circulante	2.264	90
Não circulante	1.953	2.038

Para os contratos reconhecidos no ano de 2023, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, o Grupo obteve uma taxa média ponderada de 6,09% a.a..

18. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS - CONSOLIDADO

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para contingência - ação cível	13.765	9.879
Provisão para contingência - ação tributária	679	-
Provisão para contingência - ação trabalhista	1.423	3.053
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	<u>37.970</u>	<u>22.759</u>
Total	<u><u>53.837</u></u>	<u><u>35.691</u></u>

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis:

	2022	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2023
Cível	9.879	5.547	(1.221)	(640)	200	13.765
Tributária	-	649	-	-	29	679
Trabalhista	3.053	1.766	(3.245)	(451)	300	1.423
Regulatória	22.759	14.740	-	(458)	930	37.970
Total	35.691	22.702	(4.465)	(1.549)	1.459	53.837

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	Consolidado	
	2023	2022
Causas possíveis - ação cível	5.320	10.429
Causas possíveis - ação trabalhista	2.845	2.433
Causas possíveis - ação regulatória	56.708	59.583
Total	64.873	72.445

Ademais, o Grupo não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito é de R\$ 148.068 (R\$ 148.068 em 31 de dezembro de 2022), representado por 148.068 ações (148.068 em 31 de dezembro de 2022), sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Investimento e Participação S.A.	148.068	100

b) Bônus de Subscrição

O Bônus de Subscrição garante ao Titular o direito de subscrever quantas ações ordinárias da Companhia forem necessárias para que a participação indireta do titular na controlada operacional permaneça igual à participação indireta do titular na controlada operacional imediatamente anterior à ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) Conversão, total ou parcial, das debêntures da controlada operacional.
- (ii) Reserva aumento de capital da Companhia subscrito pelo Pátria FIP e integralizado com créditos detidos pelo Pátria FIP contra a Companhia.

Preço de emissão: O Bônus de Subscrição é emitido em favor do Titular pelo preço de R\$197.077.

Preço de exercício: O preço total de emissão das Ações do Bônus de Subscrição emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição deverá ser de R\$1,00 (“Preço de Exercício”).

Prazo de exercício: O Bônus de Subscrição e este Certificado permanecerão vigentes até 30 (trinta) dias após o vencimento da Escritura de Debêntures da Controlada, e poderão ser exercidos pelo Titular, a seu exclusivo critério, imediatamente após a ocorrência de um Evento de Conversão (i) e (ii).

Titularidade: em AGE realizada no dia 28 de janeiro de 2020, foi aprovada a cessão e transferência de titularidade da Entrevias Coinvestimento FIP para a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (única acionista da Companhia), de forma que a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. passou a ser a titular do bônus de subscrição emitido pela Companhia, em 06 de março de 2018. A transferência ocorreu como pagamento pela emissão de novo bônus de subscrição pela acionista Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. à titular Entrevias Coinvestimento FIP.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A segunda emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 31 de dezembro de 2024.

20. RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita com arrecadação de pedágio	716.849	611.183
Receita acessória	3.270	2.870
Receitas com construção (a)	241.704	268.125
Outras	211	9.541
Receita bruta	962.034	891.719
Deduções de receita	(62.290)	(53.119)
Receita líquida	899.744	838.600

a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. Foi reconhecida a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	Consolidado	
	2023	2022
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	720.119	614.053
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	21.610	18.430
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	4.682	3.993
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	35.998	30.696
Deduções da receita	62.290	53.119

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo de construção de obra	-	-	(241.704)	(268.125)
Provisão para manutenção	-	-	(58.256)	(70.973)
Depreciações e amortizações	(64)	(64)	(81.807)	(81.294)
Pessoal	-	-	(53.799)	(51.768)
Serviços de terceiros (*)	-	-	(73.555)	(63.099)
Poder concedente	-	-	(21.471)	(15.907)
Conservação e manutenção	-	-	(20.529)	(18.810)
Provisão para contingências	-	-	(18.237)	(11.700)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(637)	(116)
Seguros	-	-	(3.247)	(2.870)
Outras despesas operacionais	(4)	(2)	(13.563)	(10.403)
Total	(68)	(66)	(586.805)	(595.065)
Custo dos serviços prestados	-	-	(522.049)	(547.521)
Despesas administrativas	(68)	(66)	(60.448)	(44.261)
Outras despesas	-	-	(4.308)	(3.283)
Total	(68)	(66)	(586.805)	(595.065)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	29	10	39.535	30.479
Variação monetária sobre créditos fiscais	-	-	694	856
Outros	-	-	585	611
Total	29	10	40.814	31.946
Despesas financeiras:				
Juros e variação monetária sobre debêntures 1ª emissão	-	-	(187.242)	(177.667)
Juros e variação monetária sobre debêntures 2ª emissão	-	-	(148.496)	(145.364)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(9.851)	(6.700)
Juros de arrendamento	-	-	(293)	(304)
AVP - Provisão de Manutenção	-	-	(7.360)	(8.165)
Outras	(2)	(1)	(10.927)	(9.431)
Total	(2)	(1)	(364.169)	(347.631)
Resultado financeiro, líquido	27	9	(323.355)	(315.685)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

a) Prejuízo básico/diluído por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo referente aos doze meses atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico/diluído por ação	(5.704)	(47.788)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico/diluído por ação	148.068	148.068
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo básico/diluído por ação das operações continuadas	(0,04)	(0,32)

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2023, conforme quadro a seguir:

Controladora		2023	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	129	
Passivos			
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	280.000	
		2022	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	33	
Passivos			
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	280.000	
Consolidado		2023	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	297.024	
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	33.067	
Contas a receber	Custo amortizado	50.178	
Partes relacionadas	Custo amortizado	23	
Outros ativos	Custo amortizado	5.486	
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	41.584	
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.763.439	
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	4.217	
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	286.788	
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	1.703	
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.337	
		2022	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	199.522	
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	38.335	
Contas a receber	Custo amortizado	41.557	
Partes relacionadas	Custo amortizado	837	
Outros ativos	Custo amortizado	4.764	
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	49.562	
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.522.430	
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	2.128	
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	280.601	
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	1.081	
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	276	

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias o Grupo interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresenta valores a receber de R\$ 50.178 (R\$ 41.557 em 31 de dezembro de 2022), sendo 97% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração do Grupo caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas

explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2023	2024	2025 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	2.703.768	2.703.768
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	101.385	99.892	1.884.557	2.085.834
Fornecedores		41.584	-	-	41.584
Passivo de arrendamento		2.264	1.953	-	4.217
Credor pela concessão		1.703	-	-	1.703
Contas a pagar com partes relacionadas		286.788	-	-	286.788
Outras contas a pagar		1.337	-	-	1.337
Total		435.061	101.845	4.588.325	5.125.231

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2022	2023	2025 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	2.644.107	2.644.107
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	99.453	98.616	1.859.862	2.057.931
Fornecedores		49.555	-	-	49.555
Passivo de arrendamento		90	2.038	-	2.128
Credor pela concessão		1.081	-	-	1.081
Contas a pagar com partes relacionadas		280.601	-	-	280.601
Outras contas a pagar		275	-	-	276
Total		431.056	100.654	4.503.969	5.035.679

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

e) Análise de sensibilidade

O Grupo apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, o Grupo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para o Grupo.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pelo Grupo.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial do Grupo, sendo: (i) cenário provável, o adotado pelo Grupo; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados do Grupo. Além do cenário provável, o Grupo determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	9 %	11,25%	13,50%	6,75%	4,50%
IPCA Passivo (% ao ano)	3,90%	4,88%	5,85%	2,93%	1,95%

Os indicadores utilizados para 2023 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 2023.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2023, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

<i>Instrumentos</i>	<i>Exposição em 31/12/2023</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>		<i>Valorização (R\$)</i>		<i>Desvalorização (R\$)</i>	
			<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
			<i>Ativos e passivos financeiros</i>					
Caixas e equivalentes de caixa	286.763	CDI	9 %	25.809	32.261	38.713	19.357	12.904
Aplicações financeiras vinculadas	33.067	CDI	9 %	2.976	3.720	4.464	2.232	1.488
Debêntures (*)	<u>(2.815.660)</u>	IPCA	3,90%	<u>(109.811)</u>	<u>(137.263)</u>	<u>(164.716)</u>	<u>(82.358)</u>	<u>(54.905)</u>
Total	<u>(2.495.830)</u>			<u>(81.026)</u>	<u>(101.282)</u>	<u>(121.539)</u>	<u>(60.770)</u>	<u>(40.513)</u>
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					<u>(20.256)</u>	<u>(40.513)</u>	<u>20.256</u>	<u>40.513</u>
	<i>Exposição em 31/12/2022</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>		<i>Valorização (R\$)</i>		<i>Desvalorização (R\$)</i>	
			<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
			<i>Ativos e passivos financeiros</i>					
Caixas e equivalentes de caixa	193.060	CDI	12,50%	24.133	30.166	36.199	18.109	12.066
Aplicações financeiras vinculadas	38.335	CDI	12,50%	4.792	5.990	7.188	3.594	2.396
Debêntures (*)	<u>(2.581.399)</u>	IPCA	5,48%	<u>(141.461)</u>	<u>(176.826)</u>	<u>(212.191)</u>	<u>(106.096)</u>	<u>(70.730)</u>
Total	<u>(2.350.004)</u>			<u>(112.536)</u>	<u>(140.670)</u>	<u>(168.804)</u>	<u>(84.402)</u>	<u>(56.268)</u>
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					<u>(42.788)</u>	<u>(85.568)</u>	<u>42.788</u>	<u>85.568</u>

(*) O valor da 1ª emissão de debêntures, está sendo apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção debêntures e inclui os custos de transação a amortizar.

25. SEGUROS E GARANTIAS

O Grupo tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2023, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros do Grupo está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura - R\$</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2024
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2024
Veículos – frota	12.754	Até julho de 2024
D&O	50.000	Até agosto de 2024
Risco de engenharia	850.028	Até julho de 2024
Seguro garantia	536.779	Até junho de 2024
Fiança Locatícia	291	Até fevereiro de 2028
Seguro Garantia Judicial	79.173	Até dezembro de 2027
Seguro Patrimonial – Galpões	9.000	Até novembro de 2026

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Efeito não caixa intangível		
Direito de uso - IFRS 16	(5.602)	-
Saldo de fornecedor no fim do exercício	(20.005)	(24.025)
	<u>(25.590)</u>	<u>(24.025)</u>

Clara Maria da Cunha Ferraz
Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Gilson de Oliveira Carvalho
Contador CRC MG -080016/O-0T - SP

* * *